

Legislação

Hierarquia das leis ambientais

Luiz Augusto Germani*

UM dos princípios básicos do Direito é o do necessário respeito do legislador em relação à hierarquia das Leis. Uma norma inferior não deve contradizer outra entendida e estabelecida como superior. Um Decreto respeita o estabelecido em uma Lei Ordinária que trata do mesmo tema que, por sua vez, respeita uma Lei Complementar à Constituição Federal que, finalmente, atenda a própria Constituição.

As normas de caráter ambiental, o artigo 24 da Constituição Federal, estabelece que

“Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre florestas, caça, pesca, fauna, conservação da natureza, defesa do solo e dos recursos naturais, proteção do meio ambiente e controle da poluição”;

“no âmbito de tal competência comum, a competência específica da União “limitar-se-á a estabelecer normas gerais”, sem excluir “a competência suplementar dos Estados”;

a “no caso de superveniência de lei federal sobre normas gerais será suspensa a eficácia da lei estadual, no que lhe for contrária.”

Em resumo: o Estado pode legislar sobre meio ambiente, desde que de forma suplementar à União, e, obviamente, sem contrariá-la em seus aspectos gerais.

Apesar dessas limitações estabelecidas na Constituição Federal, o governo do Estado de São Paulo, na recente publicação do Decreto 50.889, de 17/06/2006, promoveu atos legislativos contrários à

legislação ambiental federal e à própria Constituição Federal, quando cria condições e definições ambientais contraditórias ao Código Florestal, Lei Federal 4.771, de 1965, ao estabelecer que:

“Artigo 2º – Em cada imóvel rural deverá ser reservada área de, no mínimo, 20% (vinte por cento) da propriedade ou posse, destinada à manutenção ou recomposição da reserva legal, com a finalidade de assegurar o direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado.”

Além de ser matéria de Lei Ordinária a definição de uma reserva legal, a inconstitucionalidade do Decreto ocorre em função do Código Florestal estabelecer, acerca da Reserva Legal, em seu artigo 16, com as alterações promovidas pela Medida Provisória nº 2.166-67, de 24 de Agosto de 2.001, que

“as florestas e outras formas de vegetação nativa, ressalvadas as situadas em áreas de preservação permanente, assim como aquelas não sujeitas ao regime de utilização limitada ou objeto de legislação específica, são suscetíveis de supressão, desde que mantidas, a título de reserva legal, no mínimo” 20% da área total do imóvel, no caso do Estado de São Paulo.

Enquanto o texto da legislação federal estabelece como área de reserva legal, área coberta por “florestas e outras formas de vegetação nativa”, o decreto estadual estabelece que a área de reserva legal é aquela destinada, entre outras, à “recomposição” da própria reserva legal.

Entretanto, cabe perguntar onde a legislação federal estabelece que uma área destinada à recomposição de reserva legal seja considerada como de efetiva reserva legal?

A definição de tal figura legal, por decreto estadual, passa a ser contraditória e não suplementar à norma federal de caráter genérico, que regulamentada em níveis federais, terá total superveniência sobre as normas do decreto estadual.

Falar no legislativo estadual em recomposição e compensação, nos moldes do estabelecido nos artigos, incisos e parágrafos do Código Florestal Federal, além de contrariá-lo em diversos pontos, expõe a norma estadual às superveniências de normas e regulamentos federais que tratam e tratarão da matéria, como é o caso do regulamento relativo às Cotas de Reserva Florestal – CRFs, que tramitam no Congresso Nacional atualmente.

Assim, esse arroubo parturiente legislativo expelido pelo governo do Estado de São Paulo, no afã de criar normas ambientais inovadoras, expõe vísceras ambientais infectadas por vícios administrativos e conflitos jurídicos, nascidos no início do século passado.

A maior parte das derrubadas de matas ocorridas no Estado de São Paulo deu-se sob a égide de leis que exigiam dos proprietários de imóveis rurais no estado, os desmates de áreas para o extermínio de focos de nascedouros de bichos-barbeiros, causadores da doença de Chagas, de mosquitos causadores da maleita, e, inclusive, para comprovação administrativa de exploração e produtividade dos imóveis rurais à época.

Portanto, além do decreto alçar indevidamente matérias de Lei Ordinária, além de ferir direitos adquiridos e atos jurídicos perfeitos, o que já bastaria para efetiva intervenção do Poder Judiciário na questão, expõe suas normas à declaração de inconstitucionalidade, por elas contradizerem normas federais da mesma natureza. ■

* Advogado Agrário.

E-mail: germani@germaninet.com.br